

Rio Grande em debate: conservadorismo e mudança¹

Jacqueline Ahlert*

A obra *Rio Grande em debate: conservadorismo e mudança* é uma iniciativa do projeto Fronteiras do Pensamento, realizado em 2007 em Porto Alegre. É composta por 11 textos e uma breve apresentação, na qual o organizador, Nelson Boeira, procura expor seus objetivos e justificar a seleção dos autores presentes nesta edição.

O livro aborda questões sobre o Rio Grande do Sul e tem o desígnio de permitir que as ideias expostas e discutidas pelos conferencistas do projeto possam dialogar com os pensadores do estado e leitores, proporcionando, com base em versões e pontos de vista diferenciados, a reflexão sobre em que medida as concepções coletivas dos gaúchos os aproximam ou afastam dos ideais pluralistas das sociedades contemporâneas avançadas.

A obra propõe-se abrir novas perspectivas para o entendimento da crise gaúcha, do “descompasso entre a realidade e o imaginário cultural” ao processo de decadência do estado, que, limitado pelas próprias divergências internas, vê-se impotente diante da convivência “com uma auto-imagem positiva, mas congelada e paralisante”. (BOEIRA, 2008, p. 8). O cenário econômico empresarial, educacional e dos índices de desenvolvimento humano parecem não justificar os sentimentos de “frustração, apatia e depressão

* Mestra em História. Pesquisadora do Núcleo de Documentação Histórica do Programa de Pós-Graduação em História da UPF.

¹ BOEIRA, Nelson (Org.). *Rio Grande em debate: conservadorismo e mudança*. Porto Alegre: Sulina, 2008. 123 p.

que acompanham boa parte das elites gaúchas”. (BOEIRA, 2008, p. 8). Essas concepções negativas decorreriam, então, de uma visão imparcial da realidade? Assim, a pergunta/desafio lançada aos autores por Nelson Boeira foi: “Como explicar o descompasso entre a realidade efetivamente vivida pelos rio-grandenses e a percepção que boa parte das elites tem dessa mesma realidade?”

O organizador solicitou que houvesse destaque, ainda, aos aspectos institucionais, culturais e históricos que “favorecessem ou dificultam a compreensão e o enfrentamento dos problemas² do estado”. Foi sugerido aos autores também que não ficassem limitados a avaliações de natureza estritamente econômica ou política, cujo caráter controverso e litigioso pudesse vir a prejudicar a delimitação e o esclarecimento dos aspectos culturais relevantes para a questão em pauta.

Foi, além disso, solicitado aos autores que, ao refletir sobre o tema, considerassem a hipótese de a sociedade gaúcha revelar, a um exame mais atento, um *deficit* de autoconsciência e autocompreensão de sua experiência histórica passada e presente, de seus desafios, potencialidades e limitações. Pondera, desse modo, sobre a conjectura de que esse *deficit* seja componente fundamental das paralisias que podem ser identificadas neste momento

na sociedade gaúcha, constituindo-se, portanto, em obstáculo a ser removido através de um debate público informado.

As elucidações dos autores são de constituição, detalhamento e alcance bastante distintos, enfatizando perspectivas e aspectos diferentes do problema geral. Valendo-se de vocabulário, estilos e referenciais intelectualmente heterogêneos, oferecem um panorama suficientemente informativo sobre os diferentes modos de perceber e avaliar o contexto atual do Rio Grande do Sul.

O leitor poderá observar algumas notas consonantes entre os autores que, ao analisarem a crise interna gaúcha segundo as bases históricas e culturais do estado, enfatizam aspectos como a construção de uma identidade idealizada, tendo a figura do *gaúcho* como a pedra angular dos predicados virtuosos decorrentes de um passado coletivo glorioso, um *éthos* imaginário, concebido (ou inventado) por um grupo seletivo, mas gradual e amplamente cultuado.

Como decorrências desse processo desdobram-se conflitos identitários, socioculturais e políticos. Essas questões demandam atenção na leitura, pois versam sobre a criação do *outro* como legitimador da “superioridade” gaúcha; do bairrismo; do fundamentalismo conservador; da problemática geradora do “espelho de origem”, do “en-

tre-lugar” – criteriosamente discutido por Tau Golin; da transformação do gauchismo em produto de consumo industrial, manipulado de acordo com as circunstâncias históricas de cada momento, estendendo-se a um processo de fabricação e apropriação política da representação imaginária do gaúcho.

Juremir Machado da Silva inicia seu texto com a pergunta: O que faz um gaúcho ser gaúcho? Este questionamento, segundo o sociólogo, traz consigo certa angústia metafísica e antropológica, já que a réplica basear-se-ia no *ressentimento*. Este, alicerçado na pretensa superioridade cultural, política e educativa gaúcha, não “reconhecida à altura das nossas verdadeiras competências” (p. 12). Juremir não delimita ao certo se os rio-grandenses sofrem do complexo de superioridade ou inferioridade, posto a “gauchidade” definir-se, sobretudo, por uma relação conflituosa entre o que lhe é inato e o que lhe é estranho, condição ampliada para a esfera do imaginário *versus* o cotidiano, do “eu” *versus* o “outro”. Assim, o culto aos clichês positivos fica diretamente relacionado às pesadas investidas contras os estereótipos negativos: “A identidade é obsessão gaúcha por excelência” (p. 14), sendo o imaginário constituinte fundamental na imagem e na definição do “ser gaúcho”.

O poeta Fabrício Carpinejar, metaforicamente, compara o Rio Grande

do Sul com Cuba, “uma Cuba não com bloqueio econômico, e sim, psicológico, na predisposição em somente cuidar e alentar quem adere ou compactua fisicamente de sua beleza e tradição” (p. 46). Estendendo a condição do *outro* também ao gaúcho que deixa o estado, compara esta saída a um exílio dentro do próprio país, onde a ascendência regional sobrepuja a nacional, num bairrismo anunciado: “A mística do modelo, muitas vezes, contribui para o gaúcho se sentir preso a um sentimento contrastante de superioridade e culpabilidade.” Para o autor esses sentimentos azedam o relacionamento com parceiros de outras culturas e manifestam o provincianismo, que parece frear a inserção gaúcha na economia da aprendizagem recíproca, o outro nome do cosmopolitismo (p. 42).

Merecem zelo na leitura as observações de Kathrin H. Rosenfield. A nacionalidade austríaca da autora propicia-lhe o entendimento do olhar estrangeiro sobre a multiplicidade cultural rio-grandense. Consiste alvo de crítica da autora o que chamou de “panela” ética, categoria que deixa nítida a tendência de manter à distância quem não satisfaz às constituições do *nós* e expõe as reservas que marcam o outro como o outro, numa flagrante falta de sociabilidade que exclui o outro pelo que lhe é desigual. De forma direta, a autora aponta as falhas na

sustentação da identidade orgulhosa do rio-grandense, que isola cada micro-comunidade em seus roteiros de frequência internos, afastamento que alimenta comparações distanciadas. Por fim, o texto denuncia a extensão deste isolamento às esferas culturais. O viver para “dentro” e a desconfiança do que vêm de fora fazem da educação, da arte e da cultura pouco integradas com a sociedade, a indústria e o comércio e colocam a universidade como uma produtora de ideologias e como elemento de pouco impacto sobre a política e o empresariado.

Em esferas semelhantes estão as problemáticas destacadas por Paulo Faria e Antonio Hohlfeldt. Numa posição mais radical, Faria afirma ter “desistido” do Rio Grande do Sul, do seu povo “politizado”, de sua “democracia racial”, de seus cronistas do ínfimo. Em doze páginas conduz o leitor a um paralelo do que “poderíamos ter sido” baseado na leitura do livro *Um estudo: arqueologia provincial fantástica*, de Gabriel de Britto Velho.

Para Antonio Hohlfeldt, o problema se estende a uma desqualificação do “de fora”, do estrangeiro e se aceita naturalmente a “condição de entidade sem identidade”. Permeando suas considerações pela condição de fronteira do estado, o autor lamenta o crescente ignorar da diversidade cultural do Rio Grande do Sul, que deveria ser usufruí-

da como uma grande vantagem. Segundo Hohlfeldt, os gaúchos sofrem de uma incurável esquizofrenia, doença de dupla personalidade que os impede de pensar criticamente sobre si mesmos. “O gaúcho compara-se consigo mesmo” (p. 103) ou, mais precisamente identifica-se com a imagem idealizada que faz de si mesmo. Está, assim, em dissonância com sua experiência histórica e com o mundo que o cerca.

Esses conceitos são brevemente discutidos por Gunter Axt no 11º capítulo. Ao desvelar as indistinções entre o espaço público e o privado (sobre o pano de fundo das transformações políticas brasileiras e mundiais), conclui que os gaúchos padecem de uma “crise de referências”, consequência do estado de intoxicação por orgulho mitológico.

A um exame atento, o leitor poderá observar que as reflexões de Golin podem ampliar o entendimento da opinião de Axt, para quem a suscetibilidade da cultura de massa à manipulação de imagens, mais do que a articulação de ideias, é capaz de *disneylandizar* o espaço público.

A crise, quando cingida somente por uma matriz histórica e tradicional, impede a compreensão de sua amplitude e seus aspectos globalizantes. A imposição de uma identidade chamada “tradicional” – componente de uma sociedade visualmente representada –,

já transformada em indústria cultural e reproduzida nos domínios do imaginário dissimulador da sociedade real, torna-se um obstáculo para a percepção da raiz multicultural construtora do estado e da visão e aceitação de uma realidade concreta.

Para Tau Golin, urgem estudos que relacionem o gauchismo com a crise da sociedade rio-grandense, “da especulação da emotividade à expressão da indústria cultural na forma pilchada, o tradicionalismo impera sobre todos como o espectro da identidade regional” (p. 99). O autor avalia algumas noções de uso legitimador do tradicionalismo no estado. Seu sustentáculo estaria na atribuição a este de um sucedâneo da sociedade tradicional, que, para configurar-se, precisou diluir a noção de tempo histórico (p. 82). Assim, a gauchidade apresenta-se como se estivesse credenciada a reproduzir valores pretensamente imutáveis forjados pelos antepassados. O historiador destaca o aspecto recente da invenção do perfil gauchesco, a partir de 1947, por um grupo de estudantes secundaristas. Atenta para o fato de que em meio século “o movimento como expressão hegemônica já inculcou, irremediavelmente, na identidade sulina um *ethos* imaginário estancieiro e conservador, que estabeleceu cercas insuperáveis para assumir estéticas e plataformas democráticas de inclusão cidadã” (p. 92).

A identidade gauchesca possibilita ao indivíduo inserido no mundo moderno capitalista desvincular o seu fazer produtivo-social de seu viver cultural e imaginário. Nesse sentido, o tradicionalismo é, para Golin, uma extensão da cultura de massa, não o prolongamento de uma sociedade tradicional. Seus elementos de hábitos e costumes foram incorporados também como mercadorias: “em sua amplitude, a pós-modernidade tradicionalista projeta o estado-marca e todos os seus nichos subsidiários, nos quais a identidade se torna possível não pelo pertencimento histórico” (p. 97).

Paulo Moura em “Raízes do conservadorismo gaúcho”, atribui à condição *conservadora* uma das características culturais mais marcantes dos rio-grandenses. Busca, partindo de tal pressuposto, explicar as raízes e razões históricas do sentimento conservador agente do processo de reação à modernização da matriz econômica do estado. O autor faz uma breve análise da formação histórica da figura do gaúcho, tendo como sustentáculo a trajetória econômica do Rio Grande do Sul, desde a fundação de Buenos Aires, em 1536, até a integração continental brasileira ao Mercosul. Para Moura, a reminiscência de um passado de baixa competitividade da economia local perante os competidores e investidores externos sempre foi causa de crises e

acentuou nos gaúchos o sentimento de aversão à ideia de modernização, percebida pelo imaginário social como “ameaça” externa à sobrevivência econômica (p. 27).

Contemplando também a esfera econômica, Vitor Bertini versa sobre temas específicos, valendo-se de considerações autobiográficas sobre a diversidade política e econômica do estado. Para o autor, o Rio Grande do Sul carece de clareza na identificação dos seus interesses políticos, assim como de lideranças em nível nacional que possam operar no plano das grandes decisões sobre desenvolvimento. Bertini observa as discrepâncias entre a economia privada, responsável pelos maiores índices de investimento no estado, e sua alienação ao movimento das lideranças políticas regionais. Questiona, além disso, a incapacidade da sociedade gaúcha de gerar processos de liderança suficientes para mudar o Rio Grande do Sul. O empresário é categórico ao afirmar que “nossas lideranças, tal como nossos debates públicos, são provincianos e autocentrados. Aceitamos nosso isolamento das grandes decisões nacionais e com ele nos compramos” (p. 19).

“Sirvam nossas façanhas de modelo a toda Terra?” é o título do texto de Regina Zilberman. A escritora destaca ausências, porém distintas das de Bertini. Problematicando a trajetória

histórica que culminou na Revolução Farroupilha e comparando-a, no decorrer de suas observações, com a Guerra do Paraguai, escreve a autora que “será a idealização do episódio farroupilha que oferecerá os fundamentos da representação estética do universo sulino” (p. 70). Perpassadas pela contextualização histórica, são citadas algumas das obras literárias mais importantes do estado, de 1875 à atualidade, detendo-se em partes na geração de 1930 e nas décadas em que houve maior alcance de projeção nacional da literatura gaúcha (durante a ditadura de Getúlio Vargas) e seu encolhimento à medida que avança o processo de democratização, na década de 1950. Em passagens do texto são analisados alguns correspondentes no campo literário das manifestações do movimento tradicionalista. Zilberman denuncia as carências de que se ressentem a literatura no Rio Grande do Sul, entre elas a inércia de uma crítica literária profissional e a ausência de romancistas e intelectuais lidos e acatados no país e no exterior. A escritora conclui seu texto enfatizando que “procedem de Luis Fernando Verissimo (1936) os textos provenientes de Porto Alegre que os brasileiros aguardam semanalmente. Ao lado dele, porém, não dispomos de outros nomes para ajudá-lo a compor a equipe com que a história e a literatura do Rio Grande do Sul gostariam de contar” (p. 85).

Trata-se de uma obra instigante, cuja leitura deve ser cuidadosa e contextualizada. As problematizações que guiaram os autores, bem como as geradas pelos mesmos, e as questões que procedem de cada texto devem ser consideradas uma referência bibliográfica imprescindível para os interessados em melhor compreender a configuração política, sociocultural e econômica do estado do Rio Grande do Sul. Por deslocar o olhar do leitor para além do senso comum e das generalizações, este conjunto de textos é indicado também para debates nas salas de aula das universidades gaúchas, contribuindo na formação de historiadores, pedagogos, sociólogos, entre outros.

Nota

- ² Nelson Boeira esclarece que a expressão “problemas” refere-se, neste caso, tanto aos obstáculos para o desenvolvimento econômico e social do estado, como às inércias culturais que dificultam a formação de consensos coletivos.